



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 15397/2009

O Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, criou a figura do controlador financeiro de área ministerial, referindo no seu artigo 9.º, n.º 2, que este é nomeado por despacho conjunto do Primeiro-Ministro, do Ministro das Finanças e do ministro ou ministros da área ministerial em que actuar, de entre profissionais altamente qualificados no domínio da gestão, designadamente financeira e com conhecimento e particular sensibilidade para o sector ou sectores de actuação.

Pelo despacho n.º 8357/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de Março de 2008, foi nomeado para exercer funções de controlador financeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros o licenciado Renato Felisberto Pinho Marques.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, é renovada a nomeação do licenciado Renato Felisberto Pinho Marques para exercer funções de controlador financeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A presente renovação produz efeitos a partir de 24 de Junho de 2009, pelo prazo de um ano.

23 de Junho de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luis Filipe Marques Amado*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Síntese Curricular

I — Dados Biográficos

Nome: Renato Felisberto Pinho Marques

Data de nascimento: 29 de Março de 1958

Nacionalidade: Portuguesa

II — Habilitações académicas

Licenciatura em Economia — Instituto Superior de Economia de Lisboa

Pós-licenciatura em Estudos Europeus — Universidade Católica

III — Formação profissional complementar

Curso de pós-licenciatura em Métodos de Previsão do Centro de Estudos de Matemática Aplicada do Instituto Superior de Economia (CEMAPRE-ISE).

Frequência de diversas acções de formação profissional em matéria de gestão, direcção e controlo financeiro destinadas a quadros superiores e dirigentes (Tribunal de Contas, Inspeção-Geral de Finanças, Instituto Nacional de Administração, Instituto de Formação Bancária, Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

Seminário de Alta Direcção, ministrado pelo INA.

IV — Percurso profissional

De Maio de 1978 a Outubro de 1987 — Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia (GEP/MIE). De Outubro de 1987 a Julho de 1996 — Inspeção-Geral de Finanças — Funções inspectivas

— Área do controlo da Gestão Pública. De Julho de 1996 a Fevereiro de 2003 — Inspeção-Geral de Finanças — Funções dirigentes (Inspector de Finanças Chefe) — Área do Controlo da Gestão Pública.

De 4 de Março de 2003 a 31 de Julho de 2003 — Director Adjunto (equiparado a Subdirector-Geral) do Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

De 1 de Agosto de 2003 a 23 de Junho de 2007 — Director (equiparado a Director-Geral) do Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Desde 24 de Junho de 2007 — Controlador Financeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

V — Actividade profissional desenvolvida

V.1 — Como técnico superior do GEP/MIE:

Colaboração no estudo “O Sistema Industrial em Portugal: desenvolvimento, reestruturação e política industrial” (OCDE — 1985). Elaboração de diversos estudos prospectivos sobre a economia industrial portuguesa (1985-86). Representante do GEP/MIE na Comissão executiva de elaboração do Plano Mineiro Nacional (1986). Participação no projecto de adaptação do modelo canadiano *Explor* à Economia Portuguesa

(1986-87). Responsável pela elaboração de um modelo previsional do consumo de cerveja para a UNICER, EP (1987).

V.2 — No âmbito da Inspeção-Geral de Finanças:

V.2.1 — Enquanto Inspector (1987-1996)

Realização de auditorias, avaliações económico-financeiras e pareceres a contas a organismos da Administração Pública.

Realização de inspeções de controlo da aplicação de fundos comunitários (Feoga — Garantia e Fundos Estruturais).

Realização de auditorias a programas operacionais integrados nos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) e colaboração na definição e configuração dos respectivos sistemas de controlo/fiscalização.

V.2.2 — Enquanto Inspector-Chefe

Coordenação dos processos de certificação de contas de 1997 e 1998 do Feoga — Garantia (INGA). Coordenação e orientação técnica de auditorias, inspeções e pareceres a contas de organismos da Administração Pública. Representante da Inspeção-Geral de Finanças na Comissão EURO do Ministério das Finanças. Representante da Inspeção-Geral de Finanças na Comissão Técnica para o Sector Público da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Realização de diversas acções de formação dirigidas a técnicos superiores da Administração Pública com funções de controlo e inspeção.

V.3 — Como Director Adjunto do DGA (MNE)

Responsável pela gestão financeira e patrimonial da Secretaria-Geral do MNE.

V.4 — Como Director do DGA (MNE)

Responsável pela administração de recursos humanos e pela gestão financeira e patrimonial da Secretaria-Geral do MNE.

V.5 — Como Controlador Financeiro

Desenvolvimento das funções legalmente cometidas nesse âmbito.

201981182

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho n.º 15398/2009

Nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2007, de 27 de Fevereiro, e do n.º 5 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 2/2008, de 7 de Janeiro, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de directora do Gabinete de Planeamento e Políticas e, por inerência, gestora da autoridade de gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, a licenciada Maria Gabriela Certã Ventura.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 30 de Junho de 2009.

30 de Junho de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Síntese curricular

Maria Gabriela Certã Ventura

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1987;

Até ao ano de 1995 foi Assistente Universitária;

Entre 1992 e 1995 exerceu funções de Consultora da Agência Sueca para o Desenvolvimento;

Entre 1995 e 1997 foi Consultora do Banco Mundial;

Exerceu funções de chefe do gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no — Governo Constitucional;

Entre 1999 e 2006 foi Conselheira na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia;

Em 2006 assumiu funções de Gestora dos Programas Comunitários do Ministério da Administração Interna;

Desde 2008, exerce funções de Directora do Gabinete de Coordenação Internacional do Grupo Mota-Engil.

201980494